



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

PA-UM Nº 26/2015

**PARECER ECONÔMICO-FINANCEIRO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

Contrato de Gestão nº 002/2013

OS: ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

Objetos: PROJETO GURI – CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO

Introdução.....	2
Verificação dos documentos contábeis e financeiros e comprovações anuais.....	3
Análise da execução orçamentária frente aos resultados alcançados.....	6
Conclusão e recomendações anuais frente à execução orçamentária.....	8



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Introdução

O presente Parecer Anual foi elaborado pela Unidade de Monitoramento a partir da análise do Relatório da Organização Social e do Parecer Conclusivo da Unidade Gestora, com apoio das visitas técnicas e reuniões realizadas. Seu objetivo é atender à demanda prevista no Decreto nº 59.046/2013 e sua destinação é apoiar a elaboração do Relatório Anual Conclusivo da Comissão de Avaliação (do qual este Parecer se torna anexo), para posterior envio ao Secretário da Pasta, ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas do Estado.

Por sua vez, considerando a importância de que as considerações aqui registradas sejam conhecidas e, conforme o caso, respondidas pelas organizações sociais e, ainda, sirvam como orientações para o aprimoramento das próximas pactuações e prestações de contas, cópia eletrônica deste Parecer, juntamente com o Relatório da Comissão de Avaliação, deverá ser enviada às unidades gestoras e aos conselhos e dirigentes das organizações sociais responsáveis.

A primeira parte deste Parecer indica se foram devida e adequadamente entregues todos os documentos necessários à prestação de contas pela OS, e examina aspectos das comprovações apresentadas necessários à análise econômico-financeira. A segunda parte traz a análise da execução orçamentária frente aos resultados alcançados. A parte final apresenta o posicionamento conclusivo da Unidade de Monitoramento acerca das contas apresentadas e recomendações referentes à execução orçamentária.

Salientamos que nossa verificação deverá ser complementada e aprofundada pela análise mais apurada das demonstrações contábeis e devidas comprovações pelos demais órgãos de fiscalização do Estado (Secretaria da Fazenda e TCE).

Por fim, registramos que a alteração dos prazos de envio das prestações de contas ao TCE, promovidas por meio da Resolução TCE nº 02/2015 permitiu significativa melhora no fluxo de análise da documentação das organizações sociais pela Secretaria, reduzindo radicalmente o número de entregas de documentos complementares e erratas e permitindo que todas as instâncias relacionadas à Pasta – unidade gestora, Unidade de Monitoramento e Comissão de Avaliação – pudessem se manifestar no prazo hábil pela primeira vez em dez anos desse modelo de gestão.

Consideramos que os próximos passos de melhoria nesse processo envolvem a adoção do fluxo eletrônico de documentos, para reduzir o imenso número de folhas de papel geradas (somente na prestação de contas do contrato em análise foram 776 páginas produzidas somente pela OS). E envolvem também a construção de indicadores de desempenho e resultado mais objetivos e mais adequados à avaliação das realizações e do uso dos recursos públicos no universo cultural.

Solicitações e recomendações

As **solicitações** apresentadas neste Parecer correspondem a documentos não entregues e/ou demandas não esclarecidas durante o período de exame da documentação. Para respondê-las, a OS deverá enviar correspondência digital à Unidade de Monitoramento / Comissão de Avaliação, no CD ou pen drive relativo ao próximo Relatório Trimestral de 2015, a ser entregue de acordo com o Cronograma Anual 2015, em pasta separada denominada "**Manifestação da SMC – Projeto Guri ref. Parecer UM nº 26/2015 do exercício 2014**". A mesma documentação apresentada nessa via digital deverá compor um anexo – com igual denominação – na via física do Relatório Trimestral a ser entregue à Unidade Gestora, para que as respostas enviadas ao Parecer da Unidade de Monitoramento também sejam inseridas no processo do contrato de gestão.

A definição dessa conciliação de datas visa a organizar o fluxo e processamento de documentos na Unidade, considerando que a equipe é reduzida e os prazos muito exíguos, demandando um planejamento interno cuidadoso para garantir o cumprimento das atribuições e viabilizar atenção e retorno adequados a todas as manifestações recebidas. Assim sendo, reiteramos a solicitação de que a OS não envie documentos fora do prazo.

Por sua vez, a organização social deverá observar que as **recomendações** apresentadas ao longo deste Parecer são todas para orientar a elaboração do próximo relatório anual, **não cabendo** resposta à Unidade de Monitoramento, a não ser em caso de entendimento divergente. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico monitoramento.cultura@sp.gov.br. Por meio desse mesmo email, a organização social poderá, em caso de interesse, enviar sugestões, críticas e outras informações que julgar necessárias.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Verificação dos documentos contábeis e financeiros e comprovações anuais

1. Entrega em conformidade? () Muito satisfatório () Satisfatório com observações
(X) Parcialmente satisfatório

Critérios: Documentação entregue no prazo (relatório até 27/02 e documentos financeiros auditados com ata de aprovação e publicação no DOE até 16/03); Documentação completa na entrega; Atendimento a solicitações adicionais de documentos eventualmente feitas pela Unidade de Monitoramento. Documentação no formato digital organizada conforme índice e legível.

Apontamento 1. A OS entregou a documentação no prazo, porém incompleta, e com organização adotada para os arquivos digitais que dificultou a análise. A Unidade de Monitoramento solicitou esclarecimentos e complementação na reunião de 23/04/2015, que foram parcialmente atendidas.

Recomendação 1. Que na entrega das próximas prestações anuais de contas, sejam enviados os arquivos digitalizados dos relatórios e anexos devidamente assinados, com sumário, na ordem da documentação impressa entregue, gravados em uma única pasta por relatório (TCE e Processo CG) e em um ou dois arquivos eletrônicos, no máximo, para facilitar nossa localização, lembrando que a Unidade de Monitoramento não recebe registros impressos, apenas arquivos eletrônicos.

Solicitação 1. A OS deverá enviar a documentação faltante, a saber: Relatório da CADA e esclarecimento sobre a Relação de Contratos e Convênios, que se apresentam idênticas para os dois contratos de gestão firmados com essa organização social.

Documentos contábeis e financeiros

2. Documentos contábeis e financeiros em conformidade?

- () Sim () Não (X) Parcialmente

Critérios: Verificação de não-conformidades (documentos incompletos, ilegíveis, sem data, sem assinatura ou incompatíveis entre si, quando for o caso): no DIRD, Relatório Gerencial Previsto x Realizado, Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial e DRE do exercício encerrado.

Apontamento 2. Relatório Gerencial Previsto x Realizado elaborado em formato diferente do referencial da SEC, dificultando a compreensão e análise.

Recomendação 2. Que na próxima prestação anual de contas o relatório gerencial e demais documentos sejam elaborados de acordo com os referenciais desenvolvidos pela SEC, para facilitar a análise correta das informações solicitadas.

3. Índices informados pela OS no “Informe de Índices do Período”:

- Índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) = 1
- Relação entre receitas totais e despesas totais = 1,07
- Relação entre os gastos de área meio e área fim = 0,15

Índices adequados? (X) Sim () Não () Parcialmente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Critérios: ILC => 1; Relação RT/DT => 1; Relação gastos AM/AF = 0,3 conforme previsto em contrato.

4. Saldo bancário ajustado? (X) Sim () Não () Parcialmente

Critérios: Conciliação bancária apresentada coerente com saldo e extrato apresentados.

Comprovações anuais

5. Recursos humanos

Item	2013	2014	Variação
Orçamento previsto para RH (R\$) *	17.707.709,00	19.198.492,00	8,4% >
Gasto total com RH (R\$) **	17.572.268,25	18.608.164,00	5,9% >
Percentual previsto para gasto com RH (%) **	85%	85%	Sem Variação
Percentual realizado no gasto com RH (%) **	79%	79%	Sem Variação
Número de empregados CLT (em 31/12) **	322	352	9,3% >

* Fonte: "Proposta Orçamentária" anexa ao plano de trabalho do Contrato de Gestão - 2013 e 2014

** Fonte: "Relatório Sintético de Recursos Humanos" e "Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado" dos anos 2013 e 2014.

OBS: os dados de RH incluem despesas com CLT, estagiários e aprendizes.

6. Relatórios de gastos

Tipo de Gasto	2013	2014	Variação
Utilidades públicas (R\$)*	336.810,00	335.847,29	0,3% <
Contratação de PJ (R\$)**	1.334.544,00	1.398.474,00	4,8% >

* Fonte: "Relatório de Gastos Mensais com Utilidades Públicas" (água, luz, energia, telefone, internet, gás) dos anos 2013 e 2014

** Fonte: Rubrica "Prestadores de Serviços (Consultorias, Assessorias e Outras Pessoas Jurídicas)" do "Relatório Gerencial Orçamentário Previsto x Realizado" dos anos 2013 e 2014.

Foram também observadas as variações em algumas das principais despesas com contratos de terceiros de área meio, em relação aos anos anteriores, conforme quadro abaixo:

Despesa PJ	2013	2014	Variação
Segurança / vigilância / portaria ou similar	R\$ 452.993,00	R\$ 387.279,04	14,5% <
Limpeza	R\$ 308.516,00	R\$ 337.986,68	9,5% >
Auditoria	R\$ 45.002,00	R\$ 50.190,53	11,5% >
Jurídico	R\$ 112.659,00	R\$ 102.521,83	9% <

7. Captação de recursos e receitas financeiras

Tipo de Receita *	Previsto	Realizado	Variação prev x real	Variação 2014-13
Receitas financeiras (R\$)	R\$ 122.350,00	473.379,00	287% >	10,8% >
Receitas operacionais (R\$)		-		-
Recursos provenientes de Convênios e Parcerias(R\$)	R\$ 1.800.000,00	R\$ 94.439,70	40% <	85% <
Captação Incentivada (R\$)		R\$ 933.688,85		50% >
Recursos não financeiros (R\$)		R\$ 51.860,80		-

* Fontes: "Relatório Gerencial Orçamento Previsto x Realizado" e "Relatório de Captação de Recursos".



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Informações apresentadas adequadamente? (X) Sim () Não () Parcialmente

Critérios: Informações prestadas no "Relatório de Captação de Recursos" devidamente detalhadas e coerentes com informações do "Relatório Gerencial Orçamento Previsto x Realizado".

8. Certidões, declarações e documentos institucionais

14 documentos solicitados na IN/TCE nº 1/2008 entregues – () Sim () Não (X) Parcialmente
11 documentos em atendimento à legislação entregues – () Sim () Não (X) Parcialmente

Critérios: 14 documentos previstos no artigo 40 da Instr. Normativa nº 1/2008, nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XIX, XXV e XXVI. 11 documentos previstos no Anexo 3 (itens 11 a 21)

Apontamento 8. Alguns documentos não foram enviados na prestação de contas inicial, mas apenas após solicitação em reunião e por e-mail e outros continuam pendentes, conforme solicitação 1.

9. Controles internos e publicização

Documento	Entregue?
Parecer de auditoria independente	SIM
Ata de aprovação pelo Conselho de Administração com assinaturas	SIM e ASSINADA
Balanços e demonstrações contábeis publicados no DOE	SIM

Apontamento 9. A Auditoria Independente Cokinós Auditores e Consultores aprovou as demonstrações financeiras da OS em 31 de dezembro de 2014, considerando que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

"Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações. Além disso, conforme informado na mesma nota a Associação contratou em 2014 empresa especializada para efetuar o inventário físico de seu acervo patrimonial, contudo, pelo fato desse levantamento não ter sido concluído, os efeitos dos eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados até a emissão deste relatório."

"Adiantamentos de projetos e projetos a apropriar: Conforme mencionado na nota explicativa 5, a Associação utilizou recursos recebidos em referência ao Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura. Parte deste recurso foi utilizado para custear o Contrato de Gestão 031/2008, também aprovado pelo Governo do Estado e por intermédio da Secretaria da Cultura, sendo que a execução física dos mencionados projetos já foram finalizadas. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 031/2008 no montante de R\$ 4.021.762 estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo não circulante, pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, motivo pelo qual nenhuma provisão foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

constituída em 31 de dezembro de 2014, em função das negociações mantidas junto a Secretaria de Cultura de modo a receber e/ou compensar esse montante.”

A ata de aprovação do Conselho de Administração foi entregue assinada e com o protocolo do registro em cartório, cabendo à Unidade Gestora aguardar o recebimento da via registrada para anexar ao processo.

Análise da execução orçamentária frente aos resultados alcançados

10. Quadro Resumo

Pactuações e Resultados	2013	2014
Nº de ações com metas previstas	80	74
Nº de ações com metas integralmente atingidas	67	68
Índice cumprimento plano de trabalho (ações realizadas x ações totais)	84 %	92 %
Nº ações com metas não executadas com justificativa aceita pela UGE	13	6
Nº metas condicionadas	0	0
Nº de metas condicionadas cumpridas	0	0
Nº de público total presencial atendido	6.306	6.630
Índice de público atendido em relação ao previsto	> 5%	< 32%
Realizou pesquisa de perfil e satisfação de público	N*	N*
Índice de satisfação do público com a programação cultural	-	-
Contribuiu para descentralização das ações culturais (Sim/ Não)	N	N
Cumpriu as rotinas e obrigações contratuais 2º UGE (S/N/Parcial)	S	S
Aprovação da prestação de contas pela UGE (S / N / Com ressalvas)	S	S
Valor repassado pela SEC (relatório previsto x realizado = DIRD)	R\$ 29.079.501,	R\$ 24.136.308,
Índice de execução do orçamento (previsto x realizado)	74%	97%
Valor de recursos captados pela OS	R\$ 1.261.327,75	R\$ 1.079.989,35
Valor de captação financeira	R\$ 1.261.327,75	R\$ 1.028.128,55
Valor de captação não financeira	0	R\$ 51.860,80
Índice de recursos captados em relação ao valor do repasse	4,3%	4,5%
Índice de recursos captados em relação ao valor de captação previsto	70%	60%

* Não localizadas as Pesquisas de perfil e satisfação de público em ambos os Relatórios Anuais.

11. Amostragem para análise de metas, considerando os principais resultados previstos

Para qualificar esta análise, foram escolhidas as metas abaixo, a título de amostragem das realizações mais significativas, considerando o plano de trabalho pactuado e duas diretrizes prioritárias definidas pela Secretaria da Cultura: ampliação do acesso à cultura e ampliação das ações no interior e litoral do Estado.

O zelo pela eficiência (na relação custo x benefício), eficácia (na relação previsto x realizado), efetividade (no impacto social alcançado) e economicidade (na obtenção dos resultados mais vantajosos para a Administração, a bem do serviço público de cultura) orientou esta análise.

Indicativo da Ação	Previsto 2014	Realizado 2014	% 2014	Previsto 2013	Realizado 2013	% 2014-13
Nº de pólos gerenciados	46	46	100%	46	46	0%
Nº de alunos nos pólos	13.000	16.188	125%	13.000	14.433	12%
Nº de ações socioeducativas (oficinas)	500	599	120%	500	880	-32%
Nº de participantes nas oficinas	7.000	10.496	150%	7.000	18.574	-43.5%
Nº de atividades culturais	46	46	100%	65	65	-29%
Nº de cursos*	150	151	100%	150	151	0%



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Indicativo da Ação	Previsto 2014	Realizado 2014	% 2014	Previsto 2013	Realizado 2013	% 2014-13
Nº de apresentações culturais**	50	50	100%	60	61	-18%
Nº de alunos nas apresentações	390	434	111%	390	442	2%
Público presentes nas apresentações	5.000	6.630	132%	6.000	6.306	5%

* Entre aulas-espetáculo, workshops, máster classes e concertos.

** Considerando apresentações públicas dos grupos de alunos

Considerações:

De acordo com a Unidade Gestora, de modo geral todas as ações pactuadas foram cumpridas, avaliando o desempenho da OS nesse contato de gestão como **ótimo**.

Com base nas informações apresentadas, bem como no acompanhamento desenvolvido pela Unidade Gestora, podemos afirmar que a OS cumpriu de modo adequado o plano de trabalho com relação às metas pactuadas.

Em relação ao público atendido, observamos que as metas da Banda Sinfônica Juvenil, Camerata de Violões Infante Juvenil, Big-Band Infante Juvenil, Regional de Choro Infante Juvenil e Coral de Familiares não alcançaram os resultados previstos, porém a Unidade Gestora aceitou todas as justificativas apresentadas. As demais metas de público foram cumpridas ou superadas.

Considerando o esforço em andamento na Unidade de Monitoramento para a construção de indicadores mais adequados, observamos que o relatório apresentado e seus anexos não permitiram verificar a relação entre a capacidade de atendimento / número de vagas e o número de participantes das atividades em todas as ações desenvolvidas. Essa informação é importante para avaliar com mais precisão os resultados de público obtido à luz do que era possível (capacidade) e do que era esperado (vagas).

No ano de 2014 a Unidade de Monitoramento, com apoio da Secretaria de Gestão Pública, desenvolveu um indicador para avaliar a transparência das informações presentes nos sítios eletrônicos vinculados a cada objeto contratual, o Índice de Transparência nos Sites dos Objetos Contratuais. Com o objetivo de verificar a quantidade e qualidade das informações disponibilizadas aos cidadãos, foram estabelecidos três grupos, contendo ao todo vinte critérios de avaliação dos sítios eletrônicos dos objetos contratuais. O atendimento de cada critério (por exemplo, disponibilização das informações de compras e contratações no site) foi convertido em pontos, sendo a somatória desses pontos a nota final da organização e, portanto, seu índice de transparência, cuja variação vai de 0 a 10. Após vários testes ao longo de 2014, a aplicação desse Índice no final do ano resultou na obtenção do Índice **9,2** para o Projeto Guri Capital e Grande SP. Considerando que a variação prevista no Índice aponta 0 a 4 como não transparente, 4,1 a 7 como transparência parcial e acima de 7,1 como transparentes, vemos que os esforços desta OS neste contrato foram positivos, cabendo registrar que não houve incremento de recursos para que os sites fossem adequados às exigências de transparência previstas e que o Índice, neste primeiro ano de teste e aplicação, não constituía obrigatoriedade ou possibilidade de penalização. Vale registrar que a média obtida, considerando todos os sites analisados, foi de **8,32**, sendo que o site dos Polos do Projeto Guri - Capital e Grande São Paulo esteve acima dessa média.

Sobre a execução orçamentária, observamos que as despesas realizadas vinculadas ao repasse do contrato de gestão chegaram em 97% o previsto, totalizando R\$ 23.504.698,00. Por causa do relatório está fora dos padrões estabelecidos pela SEC, não foi possível analisar as variações entre as rubricas.

Vale registrar que há considerável dificuldade de se buscar relação biunívoca entre a previsão orçamentária e o custo das ações finalísticas, uma vez que a realização das mesmas depende em grande medida do quadro de recursos humanos, cuja contabilização se faz separada dos custos dos projetos e programas fins, inclusive porque o cenário de trabalho contemporâneo e a escassez de recurso demandam significativa versatilidade dos quadros profissionais, que em muitos casos atuam



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

em mais de uma frente de trabalho. Há que considerar ainda os profissionais que, pela natureza do trabalho – dirigentes e área administrativa e de manutenção, por exemplo – dedicam-se a garantir os meios para todas as ações finais realizadas.

Em relação à diversificação de fontes de recursos para a execução contratual, observamos que o total de recursos disponíveis para o exercício de 2014 somou o montante de R\$ 25.689.676,00 sendo 94% repasse, 3,6% captação incentivada, 1,8% receitas financeiras, 0,4% captação de convênios e parcerias e 0,2% captação não financeira. Isso evidencia especial esforço desta OS para ampliar o total de recursos disponíveis.

Com relação à saúde financeira da organização social, vemos que os índices econômico-financeiros apresentados evidenciam regularidade.

No que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, registramos que a Organização Social não apresentou relatório de perfil de público e pesquisa de satisfação do público para o Projeto Guri Capital e Grande São Paulo.

Recomendação 11. Que os próximos planos de trabalho incluam a previsão de realização de pesquisas de perfil e satisfação de público e outros estudos qualitativos, com metodologia aprovada pela Unidade Gestora, de modo a constituir referencial adicional para a avaliação qualitativa das realizações. Que a OS envie informações detalhadas sobre as pesquisas de perfil e satisfação de público realizadas, com a metodologia utilizada, o número de questionários respondidos, os critérios para a desenho da amostra e a análise dos resultados obtidos, tendo em vista a importância dessas pesquisas para a avaliação de qualidade e o planejamento das ações previstas.

Recomendamos ainda que os próximos planos de trabalho apresentem, nos compromisso de informação, de forma clara, o número de vagas disponíveis por pólo, o número de vagas ocupadas, o número de desistências e o número de alunos que concluíram o processo de formação ao longo de cada período formativo (semestre/ano com presença de pelo menos 75%), para que seja possível comparar o total de vagas oferecidas às preenchidas, de modo a verificar possíveis sobras ou carências de vagas (filas de espera), bem como para que seja possível conhecer de modo mais consistente os resultados do programa em termos de processo formativo.

Conclusão e recomendações anuais referentes à execução orçamentária

12. Informe sobre as visitas técnicas e reuniões relacionadas ao exercício 2014 e pendências referentes ao Parecer UM anterior

No Parecer Anual do exercício de 2013, foram apontadas 8 recomendações e 1 solicitações referentes ao contrato de gestão em exame. Verificamos que a maioria das recomendações não foram atendidas.

Em 5 de abril de 2015, a Unidade de Monitoramento realizou uma reunião com a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina para esclarecer dúvidas relacionadas à entrega da prestação de contas do exercício 2014, quando foram feitas solicitações, na sequência registradas por e-mail.

Durante 2014, para o monitoramento e avaliação dos contratos de gestão, bem como visando avançar nas oportunidades de melhoria, foram realizadas 75 visitas aos equipamentos e locais de realização dos objetos contratuais, além de visitas virtuais trimestrais nos sítios eletrônicos relacionados aos objetos contratuais e reuniões ocasionais com as organizações sociais e unidades gestoras, com os objetivos de: a) contribuir para a melhoria dos procedimentos e documentos envolvidos na parceria, b) verificar a documentação relacionada às solicitações feitas e c) ampliar o conhecimento da Unidade de Monitoramento a respeito dos objetos contratuais, seu cotidiano de realizações, sua governança e seus principais destaques e desafios. No caso do contrato de gestão em exame as 8 visitas realizadas tiveram como foco conhecer o equipamento cultural e as atividades



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

em desenvolvimento, observar o funcionamento rotineiro do equipamento cultural, observar atividades da programação cultural, observar e acompanhar ações educativas, observar ações de produção cultural, observar o estado de conservação e aspectos de manutenção e segurança do equipamento cultural e visitar áreas de trabalho e administrativas.

13. Parecer conclusivo da Unidade de Monitoramento

A documentação entregue pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina permitiu o exame relativo de todos os pontos de interesse para este Parecer, exceto pelos itens que demandaram maior esclarecimento e que foram indicados em cada ponto, constituindo solicitações e recomendações, quando foi o caso.

Vale reconhecer que as divergências identificadas podem relacionar-se à necessidade de aprimoramento dos próprios modelos e conceitos para elaboração dos relatórios e demonstrações. Ainda que tenham sido feitos com a participação ativa de representantes das organizações sociais, esses referenciais foram testados pela primeira vez em 2013 no formato adotado para esta prestação de contas de todas as OS parceiras, e deverão ainda receber aperfeiçoamentos ao longo de 2015. Não é incompreensível que surjam, portanto, diferenças de interpretação e mesmo a utilização de conceitos distintos, o que impacta a compreensão dos dados apresentados, especialmente no caso das informações administrativas, contábeis e financeiras. Pesam nesse processo a ausência de experiência da própria Secretaria da Cultura no exame mais pormenorizado desses documentos que compõem a prestação de contas, bem como a ausência de outros referenciais dos órgãos fiscalizadores para orientar as definições adotadas. Todavia, registramos o empenho pelo aprimoramento do processo, por parte de todas as unidades gestoras da Secretaria, de todas as organizações sociais parceiras, da Consultoria Jurídica e do Gabinete da Pasta, bem como desta Unidade de Monitoramento, destacando que a apresentação do relatório e demonstrações anuais de 2014 no formato em análise já constituiu significativo avanço em relação aos anos anteriores e que a disposição de todos os agentes citados continua sendo a de avançar no aperfeiçoamento da comprovação das realizações e de sua avaliação.

Reiterando as solicitações e recomendações contidas no corpo deste Parecer, registramos que, na avaliação da Unidade de Monitoramento, a prestação de contas da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina referente à execução do contrato de gestão nº 002/2013 no exercício de 2014 foi considerada **regular com ressalvas**, pelo fato da difícil análise da documentação financeira, e não tendo chegado a nosso conhecimento nenhuma informação em contrário, ressaltando que a veracidade das informações prestadas é responsabilidade da Organização Social e que a comprovação dos resultados e a análise técnica e qualitativa das realizações são de competência da unidade gestora.

Esperamos que os apontamentos e considerações deste Parecer contribuam para a evolução do monitoramento e avaliação das realizações obtidas na parceria, tanto internamente – nas próprias organizações sociais e na Secretaria da Cultura – quanto para os órgãos de controle e o público em geral, de modo a tornar cada vez mais visíveis, acessíveis, qualificados e legítimos os resultados alcançados.

São Paulo, 20 de maio de 2015.

Claudinéli Moreira Ramos
Coordenadora da Unidade de Monitoramento

EQUIPE RESPONSÁVEL:

Lourdes Potenza
Verificação e Análise dos Documentos – DAv / UM

Ricardo Kazuo Ysimine
Diretor de Avaliação Substituto – DAv / UM

